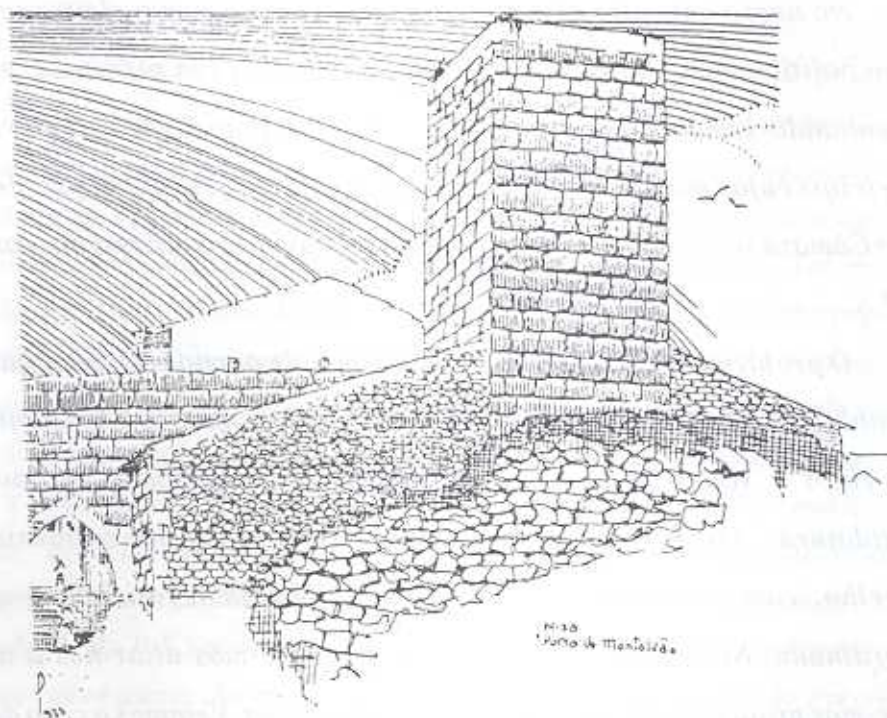




N.º 1
1.º
Semestre
94

EM NOME DA ROSA

Boletim dos Eleitos Locais Socialistas



"Em Nome da Rosa"

Seis meses se passaram desde a entrada em funções das autarquias locais, saídas do acto eleitoral de 12 de Dezembro de 1993, assinalado pela vitória dos candidatos socialistas a nível das Assembleias de Freguesia e Assembleia Municipal.

Desde então a vida política do concelho tem sido prenhe de acontecimentos, alterações, mudanças, sinais bem nitidos, reflectindo que "algo vai mal no reino da Dinamarca".

Das suspensões de mandato do presidente eleito da Câmara e do vereador eleito pela CDU, à novela "trágico-cómica" com o presidente da Junta de Alpalhão (3 presidentes de Junta em 6 meses) ao episódio da eleição do Concelho da Administração do S.M.A.S.T., com o casamento CDU / PSD na Assembleia Municipal de permeio, os eleitores terão razões mais que suficientes para se interrogarem sobre quem são os autarcas que os representam e para porem em causa o valor de um acto tão importante como é (ou devia ser) o acto de votar e escolher democraticamente.

Talvez se comece a entender que o "drama" da abstenção radical, afinal, em coisas simples, terrenas...

O presente boletim surge como resposta ao compromisso assumido com a população do concelho.

Nele regularmente daremos conta da actividade dos eleitos locais socialistas, do trabalho e das propostas apresentadas, tendentes a alterar o ciclo infernal do amorfismo e do desânimo e a fazer surgir a força libertadora e o sorriso da esperança.

"Em Nome da Rosa" aqui está como um livro aberto à participação de todos, sem limitações ou constrangimentos.

É que sem participação, não há vida democrática!

NESTE NÚMERO

- Em Nome da Rosa
- 6 Meses de Câmara
- 6 Meses de Assembleia
- Alcino: um amigo que partiu
- Eleitos ouvem Municípios

O Partido Socialista elegeu nas últimas eleições autárquicas dois vereadores que integram com o Presidente e mais dois vereadores eleitos directamente pelos cidadãos o órgão do Município Câmara Municipal.

Neste contexto, os vereadores eleitos pelo P.S. continuam a ser os mesmos neste "tabuleiro de xadrez" cujas "peças" em escassos seis meses sofreram já metamorfoses tão "sui - generis".

No nosso entendimento quem se compromete com o eleitorado no sentido de exercitar um cargo político tem o dever de assumir tal tarefa na sua plenitude, enfrentando as dificuldades e empenhando-se na resolução dos problemas das populações locais. Mas qual será o PROBLEMA dos eleitos cujos mandatos, a seu pedido, foram suspensos? O problema é a falta de dinheiro com que a Câmara se debate, a respectiva gestão todavia, nos últimos onze anos não é da responsabilidade do P.S....

O problema será talvez o da solidariedade partidária camuflada por um atestado médico. O problema serão ainda alegados motivos profissionais pré-existentes à tomada de posse que em bom rigor e seriedade política deveriam ser ponderados em momento anterior a qualquer candidatura... Os vereadores eleitos pelo P.S. apenas estão solidários com o desenvolvimento do concelho, com o respeito devido ao princípio da legalidade a que a autonomia local está subordinada. Nesta perspectiva, nunca pretendê-mos aliar-nos a nenhuma força política para obter-mos protagonismo numa presidência qualquer. Vejamos o caso da presidência dos S.M.A.S.T.: não fomos convidados para presidir, como o Sr. Vereador do P.S.D. afirma ter sido, apresentámos a nossa proposta (Dr. Carlos Vinagre - presidente - Sr. Galhardo e Eng.º Perfeito - vogais), venceu a proposta "cozinhada" nos "bastidores" entre a C.D.U. e o P.S.D., eles saberão explicar o porquê desta "Santa Aliança".

Denunciámos em sede própria a dissonância existente entre os parâmetros legais a que de obedecer o funcionamento (aliás obrigatório) de Actividades de Segurança, Higiene e Saúde no trabalho e o "Serviço de Saúde Ocupacional" do Município, certamente que a Inspecção ora em curso na nossa Câmara não irá exigir responsabilidades aos vereadores socialistas. É que o serviço antes citado não tem suporte legal: não está autorizado pelo organismo competente, não estando igualmente autorizada a exercer as funções inerentes ao mesmo, a profissional contratada para assumir a respectiva responsabilidade técnica.

Sabemos que compete à Câmara deliberar sobre formas de apoio a entidades legalmente existentes que desenvolvam na área geográfica do Município, fins de interesse público, conceito elástico e de natureza abstracta que carece de ser concretizado pela Câmara com subordinação ao interesse geral do Município. Temo-nos debatido pela definição de critérios gerais (regulamentos)

que habilitem um tratamento justo e igual para todas as entidades existentes no Município e no âmbito da deliberação casuística a que situações desta índole têm sido submetidas a deliberação camarária, temos orientado o sentido do nosso voto, não pelo critério eleitoralista e demagógico de dar guarida a todos os pedidos, outrossim respeitando os dispositivos legais que enformam esta matéria e a justiça dos casos concretos. Malgrado algum descontentamento manifestado por alguns Organismos Oficiais dependentes de Ministérios de Tutela, com orçamentos próprios, que se não prevêm deveriam prever cabimentação para despesas de manutenção de instalações e materiais, e de Pessoas Individuais useiras em usufruir dos autocarros da Câmara para excursionismo de amigos, e não obstante estarmos conscientes de que o Município deve estar ao serviço dos Municípes, não podemos compactuar com o aproveitamento meramente particular dos bens e serviços públicos sob pena de colaborarmos numa política de esbanjamento do erário público que depois se afigura insuficiente para execução de obras e pagamento das renumerações devidas aos funcionários da Edilidade. Importa retratar aqui uma estratégia concebida pelo Sr. Presidente da Câmara no intuito de "voltar" os funcionários contra os vereadores do P.S. pela iminente impossibilidade de pagamento dos salários no mês de Fevereiro por falta da legal autorização de despesa consubstanciada em deliberação do Orgão (Câmara) reunido. Tal matéria deveria ter sido acautelada pelo Presidente eleito, já que o é desde há longos anos e tem obrigação de conhecer os mecanismos da função - bastava para tanto proferir um despacho autorizando a despesa para pagamento das renumerações que seria obviamente ratificado pela Câmara na reunião seguinte. Optou pela convocação de uma reunião extraordinária que durou 20 minutos e custou ao Município uma senha de presença no valor de Esc: 9.544\$00 por cada vereador... E vem "à talhe de foice" a temática das reuniões, autênticas "maratonas" até altas horas da manhã - tudo porque sendo semanais até ao dia 15 de Março, o Sr. Presidente propôs que a periodicidade das mesmas se alterasse, passando desde então (com os votos contra dos vereadores do P.S.) a terem lugar nas 1.ª e 3.ª terças-feiras de cada mês.

Nestes moldes, a Câmara reúne quase tão só para confirmar decisões individuais do Presidente e Vereador em regime de permanência assim se afastando os eleitos de uma participação activa na vida do Município.

Em sede de reunião camarária, os vereadores socialistas têm orientado o sentido do seu voto não pelo conteúdo meramente político mas no pressuposto e observância dos interesses próprios dos Municípes e do Município. Nesta conformidade e em jeito de exemplo, no que concerne ao licenciamento de obras, têm pugnado pela preservação do Centro Histórico, em matéria de salubridade e saúde pública têm insistido sistematicamente no sentido da melhoria da qualidade da água de abastecimento público e construção da ETAR na sede do concelho, em tempo oportuno questionaram o Presidente em exercício relativamente ao ponto de situação do Projecto de Construção da Piscina Municipal, havendo que salvaguardar a apresentação de candidatura do âmbito no Novo Quadro Comunitário de Apoio uma vez que o Município, em virtude de ter o P.D.M. aprovado estar em condições de se candidatar, de resto como veio a suceder, ao Programa Prosiurb, um dos mais aliciantes ao nível da comparticipação comunitária em investimentos no âmbito de infraestruturas urbanas. Relativamente a questões "politiqueiras" como a recente proposta do P.S.D. no sentido de desvinculação do Município da Região de Turismo de S. Mamede, os vereadores do P.S. têm mantido a seriedade exigida a quem encara a política municipal de uma forma construtiva, esvaziada de interesses exclusivamente partidários e de protagonismos de ocasião.

Os factos falam por si, aos Municípes cumpre fazerem juízos de valor sobre a nossa conduta.

A Assembleia Municipal em efectividade distingue-se na sua composição da anterior maioria por um novo estado de alma que corresponde ao sentimento da nossa representatividade da população que a elegeu.

Os socialistas e os independentes eleitos pelo P.S. conseguiram a maior votação enquanto grupo para a Assembleia Municipal e têm por direito próprio 6 Juntas de Freguesia com os respectivos presidentes como deputados municipais, mais 6 deputados eleitos directamente. Esta lógica fria dos números, ao contrário de nos tornar permiveis aos argumentos da democraticidade, deu lugar a rocambulescas e não menos incompreensíveis alianças.

A Assembleia Municipal tem 25 membros e a sua Mesa é constituída pelas duas forças políticas menos votadas e exclui a mais votada (P.S.) tornando-se o seu presidente no mandatário de um colégio eleitoral cujo paradigma de representatividade deveria ser o da vontade popular e não o da exclusão eleitoral.

Os representantes das Juntas de Freguesia eleitos na Assembleia Municipal para os órgãos distritais e nacionais são das duas forças minoritárias e correspondem num caso à única Junta (a de Alpalhão) que até agora não conseguiu ainda organização credível encontrando-se já no 3.º processo de indigitação do seu presidente.

O Gabinete de Recurso dos Municípios é constituído de acordo com a aliança CDU / PSD, pela mesa da Assembleia Municipal e por outra força política não salvaguardando a participação efectiva de todas as forças políticas em condições de atendimento isento a TODOS os municípios.

Apesar da notória intenção de apagamento dos resultados eleitorais, os eleitos do P.S. vêm-se debatendo por uma aproximação entre os eleitores e eleitos numa perspectiva de ligação que ALGUNS temem.

Durante os últimos 6 meses, os deputados socialistas e independentes propuseram, discutiram, rejeitaram, questionaram e intervieram sobre os mais diversos temas. Salientamos aqui alguns dos mais importantes:

- 1 - Propuseram-se 14 emendas ao regimento da Assembleia Municipal tendo sido aceites quase todas por maioria / unanimidade.*
- 2 - Fez-se a defesa intrasigente quanto ao cumprimento dos preceitos regimentais nomeadamente nos prazos a cumprir na convocatória das Assembleias e respectiva informação prévia a fim de o grupo socialista poder reflectir antecipadamente sobre os temas em discussão, incluindo as actas das sessões anteriores.*
- 3 - Manter a exigência do cumprimento da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara de Nisa.*

- 4 - *Salientar a necessidade de efectivamente serem dadas as respostas ás questões levantadas em Assembleia, pelos Deputados Municipais.*
- 5 - *Propôs-se a passagem do período de intervenção dos Municípes para o início da Assembleia, permitindo de facto uma maior participação dos Municípes.*
- 6 - *Requereu-se a possibilidade de discussão em Assembleia Municipal, convocada expressamente para o efeito, do Plano Director Municipal dignificando o Documento técnico orientador do Concelho e sua equipa de trabalho. Não foi aceite pela CDU / PSD.*
- 7 - *Proposta de revisão do Protocolo entre a Câmara e as Juntas de Freguesia possibilitando melhor e mais intervenção local com reforço financeiro.*
- 8 - *Questionou-se a Câmara Municipal de Nisa quanto à degradação do Parque Infantil, iluminação pública e electrificação da Vinagra, ausência de bermas, passeios e drenagem de águas pluviais na estrada de Montalvão junto à Devêsa.*
- 9 - *Pediram-se explicações quanto à regularidade do Processo de Contratação do Serviço de Saúde Ocupacional.*
- 10 - *Na área de saneamento procurou saber-se da viabilidade de construção da ETAR de Nisa bem assim quais as medidas já tomadas para melhorar a qualidade de abastecimento de água à população do concelho e fazer publicidade no Boletim do Municipio das amostras divulgadas pela Delegação de Saúde.*
- 11 - *Propôs-se voto de louvor ao funcionário da Câmara Municipal de Nisa, José Manuel Serra Bugalho.*
- 12 - *Chamou-se a atenção da Assembleia Municipal para a influência que o Plano Hidrológico Espanhol possa vir a ter no Tejo e nomeadamente na configuração geográfica que confina com os limites do concelho de Nisa.*
- 13 - *Abster-se na votação do relatório de Gerência e Plano de Actividades de 1993 já que a maioria dos deputados não tinha conhecimento dos mesmos pois só tomaram posse no ano seguinte.*
- 14 - *Salientar que nomeadamente as obras do Bairro Luís de Camões não foram tidas em cabimento orçamental para 1994 embora tivessem sido iniciadas sem a adjudicação comprovada ainda em 1993.*
- 15 - *Propôs-se um local-de atendimento para os vereadores P.S. e eleitos Assembleia Municipal a fim de ser possibilitado o contacto com os cidadãos. Até hoje não foi possibilitada tal pretensão.*
- 16 - *Apesar de solicitado várias vezes, não foi dado cumprimento efectivo no fornecimento de um exemplar COMPLETO do P.D.M. a cada uma das forças políticas para ser naturalmente estudado em sede própria e não na Biblioteca em regime de consulta.*
- 17 - *Propôs-se um voto de pesar e uma saudação ao companheiro Alcino Bárcia recentemente falecido.*
Seria fastidioso ser exaustivo e por isso reforçamos apenas uma parcela da actividade desenvolvida a qual, conjuntamente com as intervenções dos Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia de N.º Sra. da Graça, Espírito Santo, Arêz, Amieira, Tolosa e S. Matias traduzem a certeza de que na Assembleia Municipal a cidadania não será palavra vã. As actas das reuniões e a presença dos Municípes são testemunhos do nosso labor.

ALCINO: Um amigo que partiu

Alcino Augusto Bárcia eleito na Assembleia Municipal pelo Partido Socialista faleceu no dia 10 de Abril de 1994.

Alcino Bárcia tinha 67 anos de idade, era cabo da GNR na reserva e desde há anos um autarca dedicado quer na Junta de Freguesia da Sé (Portalegre) da qual foi presidente, como na Assembleia Municipal de Nisa, em representação do P.S.

A Assembleia Municipal de Nisa na sessão de 29 de Abril aprovou por unanimidade um voto de pesar, que aqui transcrevemos:

"No dia 10 de Abril faleceu o deputado municipal Alcino Augusto Bárcia.

Aos 67 anos, a morte repentina e brutal levou do nosso convívio um companheiro de luta, um homem de esquerda que ao longo destes anos de liberdade se debateu denodadamente por um poder local participado, democrático, ao serviço das populações.

Socialista por convicção, Alcino Bárcia foi presidente da Junta de Freguesia da Sé (Portalegre) e em Nisa, sucessivamente eleito na Assembleia Municipal em representação da qual e de uma forma aberta, tolerante e sociável, soube participar activamente lutando pela resolução de problemas de uma terra e de um concelho que, não sendo o seu, tomou como terra de adopção.

Alcino Bárcia morreu. Que viva na memória de todos nós, a expressão abnegada como soube dignificar o poder local."



ELEITOS SOCIALISTAS:

Diálogo e Transparência

Os eleitos locais socialistas (Câmara e Assembleia Municipal) vão estar mais próximos da população.

A partir do próximo dia 7 de Julho, todas as Quinta-Feiras, entre as 18 h e as 19 h, a população do concelho pode contactar com os eleitos na Câmara e Assembleia Municipal, expondo-lhes os seus problemas, propostas, sugestões.

O local de atendimento é na Junta de Freguesia do Espírito Santo em Nisa.